



RISCOS

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE RISCOS, PREVENÇÃO E SEGURANÇA

**MULTIDIMENSÃO
E
TERRITÓRIOS DE RISCO**

**III Congresso Internacional
I Simpósio Ibero-Americano
VIII Encontro Nacional de Riscos**

**Guimarães
2014**

OS RISCOS CLIMÁTICOS E A MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA NA ERA DO AQUECIMENTO GLOBAL - O PAPEL DA MÍDIA

Paulo Cesar Zangalli Junior

Doutorando em Geografia, Departamento de Geografia, Grupo de Pesquisa GAIA;
FCT/UNESP Presidente Prudente.
pauloczangalli@gmail.com

João Lima Sant'Anna Neto

Professor Titular, Departamento de Geografia, Grupo de Pesquisa GAIA;
FCT/UNESP Presidente Prudente.
jlsn57@uol.com.br

RESUMO

O debate científico sobre as mudanças climáticas globais remete a como a mídia constrói e divulga um discurso catastrofista, com forte impacto no modo como a população percebe os riscos. A proposta deste artigo é debater como a mídia atua na construção e divulgação do discurso das mudanças climáticas globais e qual o seu papel frente a formulação de exigências para minimizar os riscos desse problema. A forma como a mídia divulga o tema amplia e maximiza a percepção do risco e muitas vezes distorce a realidade. Como considerações, podemos apontar que a mídia atua como um agente legitimador de agendas públicas sobre as mudanças climáticas e ao generalizar os discursos, contribui para a mercantilização do clima.

Palavras-chave: Mudança Climática, Risco, Percepção, Seguros

Introdução

Há varias concepções para a noção de risco. Para Veyret (2007), o risco é “objeto social e define-se como a percepção do perigo, da catástrofe possível e, portanto, ele existe apenas em relação a um indivíduo, a uma sociedade que o apreende e com ele convive por meio de práticas específicas”.

Sabe-se que a noção de risco se estabelece na relação conflituosa entre os homens e entre estes e o ambiente em um processo de mútua influência. A percepção do risco é uma componente fundamental na estruturação de resposta ao perigo, influenciando varios aspectos da vida individual e coletiva. Porém deve-se romper com a ideia de um evento natural agressor que atua sob uma sociedade que se coloca, de forma homogênea, como vítima. (SOUZA e, ZANELLA, 2009).

Nesta perspectiva, esse trabalho procura debater como a mídia atua na construção e divulgação de um discurso sobre as mudanças climáticas globais no Brasil, como risco e, qual o seu papel frente à formulação de exigências para minimizar esse problema.

Os riscos e a mídia: a consolidação de uma agenda pública sobre o clima

Assumindo o contexto abordado por Ulrich Beck (1992) de que a sociedade industrial, caracterizada pela produção e distribuição de bens, foi deslocada para uma sociedade de risco, na qual a distribuição dos riscos geraria uma nova forma de capitalismo, ou seja, uma nova ordem global, essa parte do processo, representada pela mídia, contribui para a consolidação e a percepção dos riscos.

No contexto apontado por Beck (1992), em que o próprio conceito de risco se confunde com o de globalização, ou seja, os riscos não respeitam fronteiras, classes sociais, nações, atribuindo-se valor a tudo, inclusive aos impactos possíveis dos problemas ambientais.

Globaliza-se cada vez mais os problemas que precisam ser debatidos na esfera do local, na percepção de uma responsabilidade comum, porém diferenciada. Esse processo nega as especificidades do local, padroniza soluções, atribui valores à natureza e insere-os num contexto econômico, em que o processo de produção capitalista reponsável pela degradação passa a ser a única solução para o problema

A mídia, em especial a brasileira, exerce papel central neste debate, e o perfil e a maleabilidade pela qual se configuram as opiniões dos editoriais de jornais e revistas precisam ser lembrados. Nem sempre os fatos jornalísticos condizem com os fatos reais cotidianos, científicos, políticos, etc, atendendo muitas vezes aos interesses do próprio jornal, e da classe ou segmento da sociedade que ele representa.

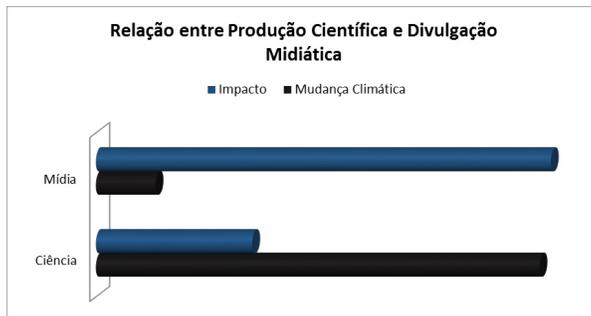


Figura 1: Relação entre Produção Científica e Divulgação da Mídia. Fonte: Zangalli Jr, 2013.

De pronto pode-se destacar um fator importante, a rotina de notícias é pré determinada. Mais do que um fato, a notícia é “o produto de um sistema fixo de trabalho, cuja tarefa é impor um sentido de ordem e previsão no caos de múltiplos e, por vezes, não relacionadas acontecimentos e questões” (HANNIGAN, 1995). Assim, é notável o interesse dos veículos de informação por uma rotina de notícias calendarizadas, como conferências oficiais, discussões públicas e excepcionalidades como eventos climáticos e sua repercussão no espaço.

Os impactos, inclusive, são muito mais abordados pela mídia do que pela ciência. Comparando os dados obtidos nos periódicos científicos *Theoretical and applied climatology* e *Climatic Change*, com os dados dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, de acordo com os principais conceitos abordados, tanto pela ciência quanto pela mídia, percebe-se que a ciência prefere o debate sobre as mudanças climáticas com o devido rigor científico, enquanto a mídia exagera na utilização dos impactos, como se verifica na figura 1.

A mídia, em geral, reduz o rigor científico, quer exista ou não perigo nisso. Um exemplo é uma entrevista com Alberto Figueiredo Machado, negociador chefe do Brasil na COP 11, publicada no dia 28 de novembro de 2005 no jornal *Folha de S. Paulo*. Nesta entrevista, o jornal apresenta aos seus leitores um glossário em que define mudança climática como “*Conjunto de alterações dos padrões climáticos em decorrência do aquecimento global. Os riscos incluem aumento do nível do mar*”. Esta definição está longe do conceito adotado pela OMM, que considera a MCG como: “todas as formas de inconstâncias climáticas, independentemente da sua natureza estatística, escala temporal ou causas físicas [...] que persista por mais de 30 anos”.

O que de fato deve-se ressaltar é que a mídia atua como um sujeito legitimador de agendas públicas (sejam ambientais ou não). A preferência pelos impactos, o pouco interesse pelo o rigor científico é

usado para (re)significar ainda mais o problema ambiental, o que não descaracteriza o debate científico sobre o fato, mas influencia e maximiza a percepção do risco por parte do público. Além disso, utiliza-se da exaltação como estratégia para transmitir os fatos jornalísticos. Segundo Hannigan (1995), a mídia utiliza quatro elementos para formular os problemas ambientais. O primeiro diz respeito ao paradigma social existente, ou seja, a mídia associa o problema específico com imagens de fácil percepção pelos leitores. Essa associação ecoa sobre esse paradigma, porém de maneira superficial, sem capacidade de romper com o mesmo. O segundo elemento destacado refere-se à necessidade do problema ambiental em questão estar articulado através das agendas política e científica correndo o risco, caso não atendam a esses requisitos, de não se legitimar como um problema na agenda dos meios de comunicação social. O terceiro elemento, destacado, é a “dramatização social”. Como as notícias estão roteirizadas e calendarizadas, essa dramatização se torna algo simples de se estabelecer. O quarto elemento, ainda segundo Hannigan (1995), é o que associa o problema ambiental com o tempo presente, ao invés de um futuro distante. É nesse sentido que o risco aos impactos do clima é percebido e maximizado. O risco futuro se reflete na vulnerabilidade do agora, essa estratégia pode ser verificada no Quadro I.

Quadro I: Versão oficial apresentada pela mídia. Fonte: Revista Época, Edição/nº386, 10 de outubro de 2005.

A NOVA GEOGRAFIA		
O que se previa há dez anos	Como a Terra já mudou	As consequências para nossa vida
O clima ficará mais quente, alterando as tradicionais divisões entre zonas temperadas e tropicais do planeta. Mesmo que um ou outro ano seja eventualmente mais frio, a média geral será mais alta.	A média de aquecimento do planeta foi de 0,6°C nos últimos cem anos, a maior do milênio. Os últimos dez anos, com exceção de 1996, foram os mais quentes registrados desde 1861.	Áreas originalmente temperadas como a Flórida já sofrem com doenças tropicais, como malária, típica de regiões quentes e úmidas. No ano passado, os furacões Charles, Frances, Ivan e Jeamme atingiram o Estado e causaram US\$ 30 bilhões em prejuízos, na temporada de furacões mais cara da História até então.
Parte da Antártida e da Groenlândia derreterá. O deslocamento dessa grande massa de gelo, que estava em terra firme, elevará o nível do mar.	O derretimento de geleiras na Antártida contribui com cerca de 0,2 mm por ano no aumento do nível do mar, e a Groenlândia com 0,1 mm. Estima-se que o nível do oceano tenha aumentado entre 10 e 20 cm no século XX.	A elevação média de 1,1 mm por ano no nível do mar em Santos pode ser a causa das ressacas violentas que têm atingido a cidade. Em maio, ondas derrubaram as muretas de proteção da praia e invadiram garagens de prédios.
O aquecimento da temperatura na superfície dos oceanos aumentará a incidência e a força dos furacões. Áreas que não tinham furacões poderão passar a sofrer com o fenômeno.	Pesquisas recentes indicam que a frequência e a intensidade dos furacões de categoria 4 e 5, os mais fortes, quase dobraram em 30 anos. Nos últimos 20 anos, o número de desastres naturais mais que dobrou. São cerca de 800 por ano.	Indaiatuba, no interior paulista, foi atingida neste ano por um tornado que causou prejuízos de R\$ 97,2 milhões. No ano passado, um furacão atingiu parte da costa de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e causou prejuízo de mais de R\$ 1 bilhão. Foi o primeiro fenômeno desse tipo a acontecer no Atlântico Sul.
A Floresta Amazônica ficará mais quente e, talvez, mais seca, portanto, vulnerável a queimadas. Partes dela poderão virar quase um cerrado.	A temperatura média da região amazônica aumentou 0,56°C nos últimos 20 anos.	Quatro municípios decretaram estado de emergência na semana passada devido ao baixo nível dos rios Solimões e Negro, que está em 16 metros, índice quase tão baixo quanto o recorde histórico, de 1963.

Fontes: Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e Munich Re.

Há algumas características que são capazes de influenciar a percepção do problema, atenuando ou agravando a leitura que se faz da realidade. Pode-se citar a magnitude, duração, frequência, extensão em área, velocidade de deflagração e distribuição temporal do evento, por exemplo (SOUZA e, ZANELLA, 2009 p. 37). Ainda nessa perspectiva, Whyte (1985) apresentou um conjunto de fatores associados a fenômenos climáticos adversos (Figura 2). Esses fatores podem ser

percebidos na abordagem midiática que elucida a dimensão que tomou o aquecimento global, principalmente depois de sucessivas ondas de calor no hemisfério norte.

Quadro II: Processos climáticos capazes de influenciar a percepção dos indivíduos. Fonte: Adaptado de Whyte (1985) in Souza e Zanella, 2009, p. 37

Forte Influência	Fraca Influência
Alta probabilidade de ocorrência	Baixa probabilidade de ocorrência
Curto intervalo de recorrência	Impactos nunca experimentados
Expectativa de que ocorra em breve	Expectativa de que ocorra no futuro
Evento extremo	Baixa variação em torno do habitual
Evento imaginável, de fácil definição	Início e fim difíceis de identificar
Fortes consequências	Fracas consequências
Impacto direto sobre o bem estar	Efeitos indiretos sobre o bem estar
Perdas de vidas humanas	Sem perdas de vidas humanas
Vítimas identificáveis	Vítimas tratadas estatisticamente
Impactos concentrados	Impactos aleatórios
Razoável certeza de que irá ocorrer	Incerteza de que irá ocorrer
Mecanismos e efeitos inteligíveis	Mecanismos e efeitos não entendidos
Impactos dramáticos	Impactos pouco perceptíveis

Assim, ao mesmo tempo em que legitima as mudanças climáticas em um dos maiores problemas ambientais, o Aquecimento Global, a mídia induz a percepção dos riscos e a insere no contexto da globalização econômica, fundada na sociedade do risco e, conseqüentemente, como afirma Leff, (*apud* OLIVEIRA, 2012) no processo de naturalização da mercantilização da natureza, em que o processo de produção capitalista passa de causa a solução do problema.

Conclusão

Conclui-se que a mídia atua, frente aos danos ambientais, como um agente legitimador de agendas públicas, conferindo a visibilidade necessária para que as mudanças climáticas se tornem um problema ambiental amplo e consolidado. Para isso utiliza de elementos como a calendarização dos fatos e a preferência pelos impactos.

Ao optar por estas estratégias, a mídia ajuda a maximizar a percepção dos riscos frente aos impactos das mudanças climáticas, situando o problema no tempo presente, sem deixar de prever os impactos futuros (re)significando, assim, o Aquecimento Global com mecanismos inteligíveis e facilmente perceptíveis ao imaginário da população. Com isso, contribui para divulgação de diversos discursos, inserido no processo de mercantilização da natureza.

Bibliografia

- Souza, L. B., Zanella, M. E. (2009) - *Percepção de Riscos Ambientais: teoria e aplicações*. Fortaleza, Edições UFC, 240 p.
- Hannigan, J. (1995) - *Sociologia Ambiental: a formação de uma sociologia ambiental*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Zangalli Jr, P. C. (2013) - *Entre a ciência, a mídia e a sala de aula: contribuições da geografia para o discurso das mudanças climáticas globais*. Presidente Prudente, Dissertação de Mestrado, 148 p.
- Beck, U. (1992) - *Risk society. Towards a new modernity*. Londres: Sage Publications.
- Oliveira, L. D. (2012) - *Da Eco 92 à Rio+20: uma breve avaliação de duas décadas*. Boletim Campineiro de Geografia, vol 2, n. 3, 479-499 p.
- Veyret, Y. (2007) - *Os Riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto.
- Whyte, A. V. T. (1985) - Perception. [Pp 403-436] In: R.W. Kates, J.H. Ausubel, e M. Berberian. *Climate Impact Assessment: Studies of the interaction of climate and society*. ICSU/SCOPE Report, n. 27. Chichester: John Wiley.